Bradesco Seguros

Kirton Seguros S.A.

(atual denominação da HSBC Seguros (Brasil) S.A.)

CNPJ Nº 76.538.446/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Kirton Seguros S.A., (atual denominação da HSBC Seguros (Brasil) S.A.) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

Mercado Segurador

Ainda que as condições socioeconômicas observadas no mercado brasileiro, onde a economia encontra-se em retração, não esteja favorável, o mercado demonstrou um crescimento dos negócios em Seguradoras.

O crescimento de prêmios[1] de seguros no mercado apresentado no ano, data-base de novembro de 2016, foi de 4,7% no mercado de Seguros de Vida, se comparado ao período do ano anterior. ([1]fonte: SUSEP).

Resultado do Exercício

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Kirton Seguros foi de R$ 259,5 milhões (R$ 271,7 milhões no exercício de 2015), representando uma rentabilidade de 27,38% calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio.

O volume de prêmios emitidos no exercício de 2016 foi de R$ 658,2 milhões (R$ 819,8 milhões no exercício de 2015).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Kirton Seguros, em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Eventos Societários

Em 8 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A.. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Companhia integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 1° de julho de 2016, com a transferência de controle efetivo, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 1º de julho de 2016, foi deliberada a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Seguros S.A. , a nova composição, estrutura e competência da Administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela SUSEP através da Portaria SUSEP n° 71/2016, divulgada no Diário Oficial da União em 2 de setembro de 2016.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco, do qual a Kirton Seguros S.A. faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, com estrutura operacional especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o aculturamento de gestão de riscos e capital nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo Bradesco, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e do Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco se reúnem, trimestralmente, objetivando aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº343/2016). E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, a Kirton Seguros possui uma estrutura de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo).

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica e tomada de decisões, a Kirton Seguros possui estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, a Companhia possui canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos nos procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram a empresa. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratados com confidencialidade.

Controles Internos e *Compliance*

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Kirton Seguros avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos da Companhia. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência são executados para aferir a efetividade dos controles existentes.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, a Companhia monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa às áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias e realiza testes, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Kirton Seguros, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações e normas relativas aos temas, editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Kirton Seguros, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante para desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, tais como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à Companhia para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Kirton Seguros, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), com planejamento e testes estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Kirton Seguros S.A.. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, sempre abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Curitiba, 1° de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		**1.181.823**	**1.238.819**
Disponível		**4.181**	**20.443**
Caixa e bancos		4.181	20.443
Aplicações	4	**826.370**	**763.317**
Créditos das operações com seguros e resseguros	5	**225.957**	**322.124**
Prêmios a receber		221.519	320.618
Operações com seguradoras		575	40
Operações com resseguradoras		3.863	1.466
Outros créditos operacionais		**13.961**	**5.407**
Ativos de resseguro e retrocessão		**16.028**	**25.277**
Títulos e créditos a receber		**58.047**	**32.473**
Títulos e créditos a receber		40.700	14.803
Créditos tributários e previdenciários	6	17.126	16.856
Outros créditos		221	814
Despesas antecipadas		**251**	**346**
Custos de aquisição diferidos	16a,c	**37.028**	**69.432**
Seguros		37.028	69.432
Ativo não circulante		**669.495**	**529.090**
Realizável a longo prazo		**313.082**	**216.803**
Aplicações	4	**150.385**	**19.408**
Créditos das operações com seguros e resseguros	5	**-**	**18**
Outros créditos operacionais		-	18
Ativos de resseguro e retrocessão		**340**	**1**
Títulos e créditos a receber		**154.249**	**174.500**
Créditos tributários e previdenciários	6	45.063	47.414
Depósitos judiciais e fiscais	17a	98.087	113.420
Outros créditos operacionais		11.099	13.666
Custos de aquisição diferidos	16a,c	**8.108**	**22.876**
Seguros		8.108	22.876
Investimentos	7	**355.314**	**301.845**
Participações societárias	8	331.147	277.077
Imóveis destinados à renda		24.163	24.739
Outros investimentos		4	29
Imobilizado	9	**310**	**214**
Bens móveis		310	9
Outras imobilizações		-	205
Intangível	10	**789**	**10.228**
Outros intangíveis		789	10.228
Total do ativo		**1.851.318**	**1.767.909**

Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante		**770.665**	**811.335**
Contas a pagar		**123.994**	**42.007**
Obrigações a pagar	11	73.090	6.825
Impostos e encargos sociais a recolher		6.001	4.182
Encargos trabalhistas		7.863	2.549
Impostos e contribuições	12	29.428	14.262
Outras contas a pagar	13	7.612	14.189
Débitos de operações com seguros e resseguros		**62.843**	**91.558**
Prêmios a restituir		1.982	4.533
Operações com seguradoras		3	110
Operações com resseguradoras		7.077	11.128
Corretores de seguros e resseguros		51.102	62.509
Outros débitos operacionais		2.679	13.278
Depósitos de terceiros	14	**9.369**	**2.443**
Provisões técnicas - seguros	16a	**574.459**	**675.327**
Danos		10.547	9.409
Pessoas		425.762	491.645
Vida individual		138.150	174.273
Passivo não circulante		**78.582**	**82.798**
Contas a pagar		**1.991**	**11.752**
Obrigações a pagar	11	123	9.101
Outras contas a pagar	13	1.868	2.651
Provisões técnicas - seguros	16a	**33.357**	**41.835**
Danos		74	-
Pessoas		33.248	41.834
Vida individual		35	1
Outros débitos		**43.234**	**29.211**
Provisões judiciais	17a,b	43.234	29.211
Patrimônio líquido	18	**1.002.071**	**873.776**
Capital social		554.865	554.865
Reservas de capital		146	146
Reservas de reavaliação	18b	5.090	4.571
Reservas de lucros		442.491	325.773
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(521)	(11.579)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.851.318**	**1.767.909**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Prêmio emitido		658.239	819.896
Variações das provisões técnicas de prêmios		124.408	(29.385)
Prêmios ganhos	19a	**782.647**	**790.511**
Sinistros ocorridos	19b	(259.194)	(289.831)
Custos de aquisição	19c	(211.951)	(184.061)
Outras receitas e despesas operacionais	19d	(24.439)	(39.080)
Resultado com resseguro	19e	897	(648)
Receita com resseguro		13.233	14.159
Despesa com resseguro	19a	(12.336)	(14.807)
Despesas administrativas	19f	(94.587)	(76.304)
Despesas com tributos	19g	(36.333)	(27.705)
Resultado financeiro	19h	96.713	146.154
Resultado patrimonial	19i	127.804	70.410
Resultado operacional		**381.557**	**389.446**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	19j	(5.249)	8.040
Resultado antes dos impostos e participações		**376.308**	**397.486**
Imposto de renda	19k	(62.797)	(76.506)
Contribuição social	19k	(53.466)	(52.048)
Participações sobre o lucro		(473)	2.790
Lucro líquido do exercício		**259.572**	**271.722**
Quantidade de ações		27.273.997	27.273.997
Lucro líquido por ação - R$		9,52	9,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	**259.572**	**271.722**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	**3.628**	**(2.147)**
Ajuste a valor justo	5.518	(3.904)
Imposto de renda e contribuição social	(1.890)	1.757
Instrumentos financeiros disponíveis para venda – controladas e coligadas	**7.430**	**(5.098)**
Ajuste a valor justo	13.202	(9.269)
Imposto de renda e contribuição social	(5.772)	4.171
Reserva de reavaliação	**519**	**(413)**
Realização da reserva de revaliação - controladas	563	(466)
Imposto de renda	(44)	53
Total do resultado abrangente do exercício	**271.149**	**264.064**
Atribuível aos acionistas controladores	**265.952**	**259.002**
Atribuível aos acionistas minoritários	**5.197**	**5.062**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	**259.572**	**271.722**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	4.990	2.554
Resultado de equivalência patrimonial	(116.102)	(59.571)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.363	165
Outros ajustes	-	436
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(190.402)	316.129
Créditos das operações de seguros e resseguros	94.347	(58.117)
Ativos de resseguro	8.910	(3.843)
Créditos fiscais e previdenciários	(6.282)	(42.444)
Depósitos judiciais e fiscais	15.333	40.486
Despesas antecipadas	95	(37)
Custos de aquisição diferidos	47.172	(45.411)
Outros ativos	(31.248)	(243)
Impostos e contribuições	119.947	129.315
Outras contas a pagar	(2.888)	319
Débitos de operações com seguros e resseguros	(28.715)	44.368
Depósitos de terceiros	6.926	(688)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(109.346)	57.734
Provisões judiciais	14.023	(7.960)
Caixa (consumido)/gerado pelas operações	**(62.128)**	**429.608**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(55.647)	(128.644)
Contribuição social sobre o lucro pago	(49.134)	(83.571)
Dividendos recebidos	69.923	65.235
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**59.837**	**497.934**
Recebimento pela venda de ativo permanente	**5.599**	**4.659**
Imovéis	-	2.892
Imobilizado	358	-
Intangível	5.241	1.767
Pagamento pela compra de ativo permanente	**(698)**	**(1.966)**
Aquisição de intangível	(205)	(1.761)
Aquisição de imobilizado	(493)	(205)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**4.901**	**2.693**
Redução de capital	-	(57.466)
Pagamento de dividendos	(81.000)	(411.999)
Juros sobre o capital próprio	-	(23.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(81.000)**	**(492.465)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(16.262)**	**8.162**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**20.443**	**12.281**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.181**	**20.443**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(16.262)**	**8.162**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

continua

Bradesco Seguros

Kirton Seguros S.A.

(atual denominação da HSBC Seguros (Brasil) S.A.)
CNPJ Nº 76.538.446/0001-36

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de reais)*

		Reservas de					
	Capital social	Capital	Reavaliação	Lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2015	**554.865**	**146**	**4.984**	**407.318**	**(4.334)**	**-**	**962.979**
Reserva de reavaliação							
Realização	-	-	(413)	-	-	173	(240)
Reserva de lucros							
Dividendos pagos - acionistas majoritários	-	-	-	(263.802)	-	(62.348)	(326.150)
Dividendos pagos - acionistas minoritários	-	-	-	(5.462)	-	(1.292)	(6.754)
Prescrição de dividendos	-	-	-	2.464	-	-	2.464
Títulos e valores mobiliários – próprio	-	-	-	-	(2.147)	-	(2.147)
Títulos e valores mobiliários – coligadas	-	-	-	-	(5.098)	-	(5.098)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	271.722	271.722
Proposta para distribuição do resultado:							
Reservas estatutárias	-	-	-	185.255	-	(185.255)	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(23.000)	(23.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**554.865**	**146**	**4.571**	**325.773**	**(11.579)**	**-**	**873.776**
Saldos em 1° de janeiro de 2016	**554.865**	**146**	**4.571**	**325.773**	**(11.579)**	**-**	**873.776**
Reserva de reavaliação							
Realização	-	-	519	-	-	(86)	433
Reserva de lucros							
Dividendos pagos - acionistas majoritários	-	-	-	(79.356)	-	-	(79.356)
Dividendos pagos - acionistas minoritários	-	-	-	(1.644)	-	-	(1.644)
Prescrição de dividendos	-	-	-	4.944	-	-	4.944
Títulos e valores mobiliários – próprio	-	-	-	-	3.628	-	3.628
Títulos e valores mobiliários – controladas e coligadas	-	-	-	-	7.430	-	7.430
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	259.572	259.572
Proposta para distribuição do resultado:							
Reservas estatutárias	-	-	-	192.773	-	(192.773)	-
Dividendos propostos – acionistas majoritários	-	-	-	-	-	(63.582)	(63.582)
Dividendos propostos – acionistas minoritários	-	-	-	-	-	(1.311)	(1.311)
Outros movimentos	-	-	-	1	-	(1.820)	(1.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**554.865**	**146**	**5.090**	**442.491**	**(521)**	**-**	**1.002.071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Kirton Seguros S.A. (atual denominação da HSBC Seguros (Brasil) S.A.) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 805, Curitiba - Paraná, autorizada a operar em seguros de vida, em qualquer uma de suas modalidades ou formas, e em seguros dos ramos elementares, embora não esteja atuando nessa carteira.

Em 8 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A.. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Companhia integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 1° de julho de 2016, com a transferência de controle efetivo, a Seguradora passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Com a conclusão do processo e com a entrada do novo acionista controlador, a Companhia passou a ser denominada Kirton Seguros S.A.. A Companhia é diretamente controlada pelo Banco Bradesco S.A..

Essas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas pela Reunião da Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis individuais.

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis individuais

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e a demonstração de fluxo de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência:

(i) Os ativos e passivos fiscais diferidos foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial sem ter sido considerado que a Companhia detinha o direito legalmente executável de compensá-los. Esses saldos estão sendo compensados no balanço patrimonial conforme CPC 32 - Tributos sobre o lucro;

(ii) Reclassificação do montante de impostos sobre o lucro pagos para apresentação separada no fluxo de caixa das atividades operacionais; e

(iii) Reclassificação entre depósitos judiciais constituídos a partir de títulos públicos federais (LFTs) para aplicações financeiras.

Um resumo dos efeitos da reapresentação no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Fluxo de Caixa, em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados abaixo:

Balanço Patrimonial	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2015	Reclassificações	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2015
Ativo	**1.769.174**	**(1.265)**	**1.767.909**
Ativo circulante	**1.238.819**	**-**	**1.238.819**
Ativo não circulante	**530.355**	**(1.265)**	**529.090**
Aplicações (iii)	**-**	**19.408**	**19.408**
Títulos e créditos a receber	**195.173**	**(20.673)**	**174.500**
Créditos tributários e previdenciários (i)	48.679	(1.265)	47.414
Depósitos judiciais e fiscais (iii)	132.828	(19.408)	113.420
Outros créditos operacionais	13.666	-	13.666
Outros – ativos não circulantes	**335.182**	**-**	**335.182**
Passivo	**1.769.174**	**(1.265)**	**1.767.909**
Passivo circulante	**811.335**	**-**	**811.335**
Passivo não circulante	**84.063**	**(1.265)**	**82.798**
Contas a pagar	**13.017**	**(1.265)**	**11.752**
Tributos diferidos (i)	1.265	(1.265)	-
Outros – contas a pagar	11.752	-	11.752
Outros – passivos não circulantes	**71.046**	**-**	**71.046**
Patrimônio líquido	**873.776**	**-**	**873.776**

Demonstração do Fluxo de Caixa	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2015	Reclassificações	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2015
Lucro líquido do exercício	**271.722**	**-**	**271.722**
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	2.554	-	2.554
Resultado de equivalência patrimonial	(59.571)	-	(59.571)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	165	-	165
Outros ajustes	436	-	436
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros (ii)	335.537	(19.408)	316.129
Créditos das operações de seguros e resseguros	(58.117)	-	(58.117)
Ativos de resseguro	(3.843)	-	(3.843)
Créditos fiscais e previdenciários	(42.444)	-	(42.444)
Depósitos judiciais e fiscais (ii)	21.078	19.408	40.486
Despesas antecipadas	(37)	-	(37)
Custos de aquisição diferidos	(45.411)	-	(45.411)
Outros ativos	(243)	-	(243)
Impostos e contribuições (iii)	(82.900)	212.215	129.315
Outras contas a pagar	319	-	319
Débitos de operações com seguros e resseguros	44.368	-	44.368
Depósitos de terceiros	(688)	-	(688)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	57.734	-	57.734
Provisões judiciais	(7.960)	-	(7.960)
Caixa gerado pelas operações	**217.393**	**212.215**	**429.608**
Imposto de renda sobre o lucro pago (iii)	-	(128.644)	(128.644)
Contribuição social sobre o lucro pago (iii)	-	(83.571)	(83.571)
Dividendos recebidos	65.235	-	65.235
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**497.934**	**-**	**497.934**
Recebimento pela venda de ativo permanente	**4.659**	**-**	**4.659**
Imovéis	2.892	-	2.892
Intangível	1.767	-	1.767
Pagamento pela compra de ativo permanente	**(1.966)**	**-**	**(1.966)**
Aquisição de intangível	(1.761)	-	(1.761)
Aquisição de imobilizado	(205)	-	(205)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**2.693**	**-**	**2.693**
Redução de capital	(57.466)	-	(57.466)
Pagamento de dividendos	(411.999)	-	(411.999)
Juros sobre o capital próprio	(23.000)	-	(23.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(492.465)**	**-**	**(492.465)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**8.162**	**-**	**8.162**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.281**	**-**	**12.281**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**20.443**	**-**	**20.443**
Redução/aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	**8.162**	**-**	**8.162**

A reapresentação não produziu quaisquer efeitos nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação a valor justo dos ativos financeiros classificados nas categorias disponível para venda e avaliados ao valor justo através do resultado.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e, alterações observadas, serão reconhecidas no período observado e futuros. As notas explicativas: 2c - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 16 - Provisões técnicas e 17 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices\certificados\endossos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A..

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

b. Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R$). A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro.

d. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo, e que não estejam vinculados em garantia das provisões técnicas.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme são incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Um ativo financeiro é classificado como mantidos até o vencimento quando a Administração tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes, apresentados após as demonstrações de resultados. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(ii) Instrumentos derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

f. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Créditos das operações de seguros e resseguros e outros valores a receber

Os créditos de operações de seguros e os demais valores a receber são apresentados pelos montantes contratados e, quando for o caso, acrescidos dos rendimentos financeiros incorridos até a data do balanço e deduzidos de estimativas de perdas prováveis em sua realização. A provisão para riscos de créditos foi constituída sobre a totalidade dos créditos vencidos acima de 60 dias, acrescidos de todas as parcelas a vencer do mesmo devedor, conforme parágrafo único, artigo 169, Circular SUSEP nº 517/2015.

h. Ativos de resseguros e retrocessão

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* desses ativos são reduzidos.

i. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas de custos despendidos na obtenção de contratos de seguros de riscos a decorrer, correspondentes ao período de risco ainda não decorrido, as quais são amortizadas pela vigência dos riscos, e pelas despesas com agenciamento de contratos de seguros, as quais são amortizados em períodos de 6 a 120 meses.

j. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

k. Propriedade para investimentos

Os ativos para investimentos adquiridos pela Companhia e que tem vidas utéis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. As parcelas dos imóveis destinados à renda, correspondentes às edificações, são depreciadas pelo método linear a taxas anuais de 4%, levando-se em conta a estimativa de vida útil-econômica dos bens. A Companhia realiza, para os imóveis relevantes, anualmente uma avaliação a valor de mercado com base em laudos de avaliação elaborados por empresa especializada e/ou atualização pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC).

l. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: edificações de 2,50% a 4,00%, máquinas, móveis e utensílios de 10% e veículos e equipamentos de informática de 20%.

continua

m. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis relacionados a *softwares* desenvolvidos internamente e *softwares* adquiridos são amortizados em cinco anos.

n. Redução do valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

o. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e com base em notas técnicas atuariais.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE). No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco, e após a emissão e o início de vigência do risco a provisão é calculada pro-rata dia.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base em estimativas de indenizações, para os eventos ocorridos e notificados pelos segurados e/ou beneficiários corrigidas monetariamente até a data do balanço. Inclui ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir da análise jurídica para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. Contempla também uma estimativa de ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data base do cálculo. É calculada através do método *Bornhuetter-Ferguson*, utilizando como modelo matemático triângulos de "*run-off*" dos sinistros incorridos a partir 2001.

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é calculada de forma a refletir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas diretamente ligadas a sinistros ocorridos e a ocorrer.

p. Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco disponibilizada pela ANBIMA.

De acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015, o teste deve ser segmentado em seguros de pessoas e danos. O cálculo foi realizado considerando os ramos que a Companhia opera de maneira conjunta, e não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

Baseado nas estimativas e premissas determinadas pela Circular SUSEP nº 517/2015 para definição dos fluxos utilizados no teste de adequação dos passivos, não foi identificada insuficiência das provisões avaliadas após as compensações previstas na legislação vigente.

q. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)

Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como possíveis de perda não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais.

r. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

s. Imposto de renda e contribuição social

Impostos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), corrente e diferido, os quais são reconhecidos no resultado. Os tributos relativos a períodos correntes e anteriores deverão, na medida em que não sejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor pago com relação aos períodos atual e anterior exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso será reconhecido como um ativo.

O IRPJ foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a CSLL foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que haverá lucro tributável para futuras compensações. Para os ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

O efeito de imposto corrente e diferido decorrente da alteração da alíquota da CSLL de 15% para 20% está demonstrado em linha específica no item 19.k.i.

Os impostos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida.

t. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Esses planos de previdência, permitem acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela patrocinadora, sendo os recursos investidos em Fundos de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais desses planos estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Esses planos são administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A..

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário. As contribuições da Companhia de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado à coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

u. Participação no resultado

A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco Seguros.

v. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (CPC 48)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis individuais da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (CPC 47)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma não tem alcance sobre os contratos de seguros.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos. Em atendimento à SUSEP nº 521/2015, foi nomeado um Gestor de Riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advêm de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições a estruturação de modelos internos para Risco de Subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação dos sinistros.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management (ALM)*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de vida

Os seguros de vida da Kirton Seguros são estruturados em regime financeiro de repartição simples, no qual o pagamento dos prêmios em determinado período deverá ser suficiente para cobertura dos sinistros ocorridos neste mesmo período. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos, excluindo-se os valores relacionados a riscos vigentes não emitidos.

	2016 Seguro de Vida	2015 Seguro de Vida
Sudeste	245.811	342.507
Sul	267.824	328.941
Nordeste	71.846	35.479
Centro-Oeste	54.415	73.752
Norte	19.226	26.026
Total	**659.122**	**806.705**

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.

Fator de sensibilidade	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016		
Aumento no índice de sinistralidade em 10%	(23.392)	(12.866)
Redução no índice de sinistralidade em 10%	23.392	12.866
Aumento nas despesas de manutenção em 10%	(10.276)	(5.652)
Redução nas despesas de manutenção em 10%	10.276	5.652
Aumento na taxa de juros em 1%	4.776	2.627
Redução na taxa de juros em 1%	(5.246)	(2.885)
Em 31 de dezembro de 2015		
Aumento no índice de sinistralidade em 10%	(28.784)	(15.831)
Redução no índice de sinistralidade em 10%	28.784	15.831
Aumento nas despesas de manutenção em 10%	(8.682)	(4.775)
Redução nas despesas de manutenção em 10%	8.682	4.775
Aumento na taxa de juros em 1%	830	456
Redução na taxa de juros em 1%	(956)	(526)

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

continua

No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa público e operações compromissadas com lastro em título publico federal como demonstrado abaixo:

2016		
Ativos Financeiros / *Rating*	**AAA**	**Total**
A valor justo por meio do resultado	**560.356**	**560.356**
Títulos de Renda Fixa Público	543.440	543.440
Títulos de Renda Fixa Privado	16.916	16.916
Disponíveis para a venda	**416.399**	**416.399**
Títulos de Renda Fixa Público	416.399	416.399

A Administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal.
Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco e dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos e de Estratégia de Alocação de Ativos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.
Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.
O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.
A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.
O principal risco monitorado é o risco de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.
A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

	Cenário
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Fator de Risco	
Índice Bovespa em pontos	59.625
Taxa Pré-fixada de 1 ano	11,55%
Cupom de IPCA de 1 ano	5,97%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

	Fatores de Riscos					
Período	**Taxa de Juros em Reais**	**Índices de Preços**	**Moeda Estrangeira**	**Renda Variável**	**Total sem correlação**	**Total com correlação**
Dezembro/2016	-	(32)	-	-	(32)	(32)
Definição	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.
A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia esta exposta:

	Fluxo de ativos	**Fluxo de passivos**
Fluxo de 1 a 6 meses	786.863	88.640
Fluxo de 6 a 12 meses	282.424	192.926
Fluxo de 12 a 60 meses	139.466	174.993
Fluxo acima de 60 meses	130.924	119.590
	1.339.677	**576.149**

Os ativos financeiros, compostos pelas aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa e prêmios a receber, foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.
A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.
Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo;
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características e peculiaridades de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.
O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos requerimentos e limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.
As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	31/12/2016	**%**	**31/12/2015**	**%**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**560.356**	**57,37%**	**532.130**	**67,98%**
Fundos de Investimento de Renda Fixa(*)	560.356	57,37%	532.130	67,98%
Títulos disponíveis para venda	**416.399**	**42,63%**	**250.595**	**32,02%**
Fundos de Investimento de Renda Fixa(*)	292.857	29,98%	231.187	29,54%
Letras Financeiras do Tesouro	22.096	2,26%	19.408	2,48%
Notas do Tesouro Nacional	101.446	10,39%	-	0,00%
Total	**976.755**	**100,00%**	**782.725**	**100,00%**

(*) Refere-se a aplicações em quotas de fundos de investimento, valorizadas pelo valor da quota informado pelos Administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. A composição da carteira dos fundos de investimentos exclusivos está apresentada na Nota Explicativa 4.b.

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016	**1 a 30 dias**	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ valor justo**	**Valor atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**168.512**	**-**	**10.426**	**381.418**	**560.356**	**560.634**	**(278)**
Letras do Tesouro Nacional	83.458	-	-	-	83.458	83.461	(3)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	10.426	381.418	391.844	392.117	(273)
Notas do Tesouro Nacional	68.138	-	-	-	68.138	68.140	(2)
Notas do Tesouro Nacional – Operações compromissadas	16.916	-	-	-	16.916	16.916	-
Títulos disponíveis para a venda	**-**	**13.686**	**252.083**	**150.630**	**416.399**	**423.090**	**(6.691)**
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	62.503	62.503	62.552	(49)
Notas do Tesouro Nacional	-	13.686	252.083	88.127	353.896	360.538	(6.642)
Total	**168.512**	**13.686**	**262.509**	**532.048**	**976.755**	**983.724**	**(6.969)**

Em 31 de dezembro de 2015	**1 a 30 dias**	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ valor justo**	**Valor atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**127.074**	**-**	**548**	**404.508**	**532.130**	**536.569**	**(4.439)**
Letras do Tesouro Nacional	127.148	-	-	72.126	199.274	201.438	(2.164)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	548	172.266	172.814	172.847	(33)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	160.116	160.116	162.358	(2.242)
Valores a pagar	(74)	-	-	-	(74)	(74)	-
Títulos disponíveis para a venda	**-**	**-**	**37.812**	**212.783**	**250.595**	**262.804**	**(12.209)**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.221	17.187	19.408	19.414	(6)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	35.591	195.596	231.187	243.390	(12.203)
Total	**127.074**	**-**	**38.360**	**617.291**	**782.725**	**799.373**	**(16.648)**

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:
Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

31 de dezembro de 2016	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**543.440**	**16.916**	**560.356**
Letras do Tesouro Nacional	83.458	-	83.458
Letras Financeiras do Tesouro	391.844	-	391.844
Notas do Tesouro Nacional	68.138	-	68.138
Notas do Tesouro Nacional - Operações compromissadas	-	16.916	16.916
Títulos disponíveis para venda	**416.399**	**-**	**416.399**
Letras Financeiras do Tesouro	62.503	-	62.503
Notas do Tesouro Nacional	353.896	-	353.896
Total	**959.839**	**16.916**	**976.755**

31 de dezembro de 2015	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**532.204**	**(74)**	**532.130**
Letras do Tesouro Nacional	199.274	-	199.274
Letras Financeiras do Tesouro	172.814	-	172.814
Notas do Tesouro Nacional	160.116	-	160.116
Valores a pagar	-	(74)	(74)
Títulos disponíveis para venda	**250.595**	**-**	**250.595**
Letras Financeiras do Tesouro	19.408	-	19.408
Notas do Tesouro Nacional	231.187	-	231.187
Total	**782.799**	**(74)**	**782.725**

d. Movimentação das aplicações

	2016				
	1º de janeiro	**Aplicação**	**Resgate**	**Rendimento**	**31 de dezembro**
Quotas de fundos de Investimento exclusivos (*)	763.317	507.461	(525.252)	107.687	853.213
Letras Financeiras do Tesouro	19.408	2.360	(2.368)	2.696	22.096
Notas do Tesouro Nacional (*)	-	100.962	-	484	101.446
Total	**782.725**	**610.783**	**(527.620)**	**110.867**	**976.755**

	2015				
	1º de janeiro	**Aplicação**	**Resgate**	**Rendimento**	**31 de dezembro**
Quotas de fundos de investimento exclusivos(*)	895.725	1.911.654	(2.130.393)	86.331	763.317
Quotas de fundos de investimento não exclusivos	203.129	-	(217.829)	14.700	-
Letras Financeiras do Tesouro	23.397	13.364	(19.875)	2.522	19.408
Total	**1.122.251**	**1.925.018**	**(2.368.097)**	**103.553**	**782.725**

(*) O valor do rendimento apresentado está com efeito de marcação à mercado, pois refere-se a títulos classificados na categoria disponível para venda.

e. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2016	**31/12/2015**
Total das provisões técnicas	**607.816**	**717.162**
(-) Ativos de resseguro redutores	(14.871)	(18.158)
(-) Depósitos judiciais redutores	-	(19.700)
Total do valor a cobrir	**592.945**	**679.304**
Aplicações em quotas de fundos de investimento	853.213	763.317
Excesso de cobertura	**260.268**	**84.013**

f. Desempenho

A administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI). Em 2016, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 86,62% no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark*.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía riscos de exposição a variações nos saldos de seus ativos e passivos financeiros que mereciam proteção através de derivativos, e portanto, não possuía operações de derivativos em aberto na data-base.

5 Créditos de operações com seguros e resseguros

a. Composição

	31/12/2016	**31/12/2015**
Prêmios a receber(*)	226.931	324.901
(-) Redução do valor recuperável	(5.412)	(4.283)
Operações com seguradoras	575	40
Operações com resseguradoras	3.863	1.466
Outros créditos operacionais	-	18
Total	**225.957**	**322.142**
Curto prazo	**225.957**	**322.124**
Longo prazo	**-**	**18**

(*) Contempla prêmios estimados. (Nota Explicativa 5c).

b. Prêmios a receber por vencimento

	31/12/2016	**31/12/2015**
A vencer	202.493	313.981
Vencidos de 1 a 30 dias	15.818	5.361
Vencidos de 31 a 60 dias	7.101	1.598
Vencidos de 61 a 120 dias	702	862
Vencidos de 121 a 180 dias	68	207
Vencidos de 181 a 365 dias	158	681
Vencidos superior a 365 dias	591	2.211
Total	**226.931**	**324.901**

c. Movimentação dos prêmios a receber

	2016				
	1º de janeiro	**Constituição**	**Recebimentos**	**Cancelamento**	**31 de dezembro**
Prêmios a receber	315.977	917.147	(772.454)	(235.478)	225.192
Prêmios estimados(*)	8.924	3.745	-	(10.930)	1.739
Total	**324.901**	**920.892**	**(772.454)**	**(246.408)**	**226.931**

	2015				
	1º de janeiro	**Constituição**	**Recebimentos**	**Cancelamento**	**31 de dezembro**
Prêmios a receber	252.746	1.002.840	(780.482)	(159.127)	315.977
Prêmios estimados(*)	11.680	-	-	(2.756)	8.924
Total	**264.426**	**1.002.840**	**(780.482)**	**(161.883)**	**324.901**

(*) Refere-se a prêmios estimados calculados para riscos vigentes mas não emitidos.

6 Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2016	**31/12/2015**
Imposto de renda	2.788	3.069
Antecipação imposto de renda	-	4.012
Contribuição social	8	27
Antecipação contribuição social	-	1
Créditos tributários de diferenças temporais (**)	21.906	15.458
INSS (*)	37.487	41.691
COFINS	-	10
PIS/PASEP	-	2
Total	**62.189**	**64.270**
Curto prazo	**17.126**	**16.856**
Longo prazo	**45.063**	**47.414**

(*) Valor de crédito de contribuição previdenciária decorrente do êxito obtido na ação judicial 2000.70.00.023257-0, a qual discutiu a incidência de INSS sobre os pagamentos efetuados a médicos credenciados a época em que a Companhia comercializava o produto de seguro saúde.
(**) Vide previsão de realização na Nota Explicativa 19l(iii).

7 Investimentos

	2016				
	1º de janeiro	**Adições**	**Alienações/ Reduções**	**Depreciação**	**31 de dezembro**
Participações societárias (*)	277.077	123.994	(69.924)	-	331.147
Edificações (**)	15.955	-	-	(576)	15.379
Terrenos (**)	8.784	-	-	-	8.784
Obras de arte	29	-	(25)	-	4
Total	**301.845**	**123.994**	**(69.949)**	**(576)**	**355.314**

	2015

continua

	1º de janeiro	Adições	Alienações/ Reduções	Depreciação	31 de dezembro
Participações societárias(*)	288.200	54.473	(65.596)	-	277.077
Edificações (**)	17.870	-	(1.315)	(600)	15.955
Terrenos (**)	10.361	-	(1.577)	-	8.784
Obras de arte	29	-	-	-	29
Total	**316.460**	**54.473**	**(68.488)**	**(600)**	**301.845**

(*) As adições em participações societárias referem-se a resultado de equivalência patrimonial R$ 116.102 (R$ 59.571 em 2015), ajuste de títulos e valores mobiliários de coligadas R$ 7.430 (R$ (5.098) em 2015) e realização da reserva de reavaliação reflexa de coligadas R$ 462. As reduções referem-se aos dividendos recebidos e a receber das controladas e coligadas.

(**) O método de avaliação adotado para as propriedades de investimento é o de custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. O resultado líquido obtido com imóveis de renda foi de R$ 11.702 (R$ 10.814 em 2015). O valor justo dos imóveis, apurado é de R$ 120.736 (R$ 113.197 em 2015).

8 Participações societárias

	31/12/2016	31/12/2015
Participações em controladas	219.758	152.806
Participação em coligada	111.389	124.271
Total	**331.147**	**277.077**

a. Composição das participações em controlada:

	Kirton Capitalização S.A. (*)	Outras	Total
31 de dezembro de 2016			
Capital social	115.186	-	
Quantidade de ações possuídas - ações ordinárias	3.062.080.287	-	
Percentual de participação	99,9651206%	-	
Resultado do exercício	97.953	-	
Patrimônio líquido	219.837	-	
Resultado de participações em controladas	**97.919**	**-**	**97.919**
Saldo das participações	**219.758**	**-**	**219.758**
31 de dezembro de 2015			
Capital social	115.186	-	
Quantidade de ações possuídas - ações ordinárias	3.062.080.287	-	
Percentual de participação	99,965120558%	-	
Resultado do exercício	37.013	-	
Patrimônio líquido	152.861	-	
Resultado de participações em controladas	**36.989**	**455**	**37.444**
Saldo das participações	**152.806**	**-**	**152.806**

b. Composição da participação em coligada:

	Kirton Vida e Previdência S.A. (*)
Em 31 de dezembro de 2016	
Capital social	246.512
Quantidade de ações possuídas - ações ordinárias	77.307.104
Percentual de participação	33,2695%
Resultado do exercício	54.653
Patrimônio líquido	342.049
Resultado de participação em coligada	**18.183**
Saldo das participações	**111.389**
Em 31 de dezembro de 2015	
Capital social	246.512
Quantidade de ações possuídas - ações ordinárias	77.307.104
Percentual de participação	33,2695%
Resultado do exercício	66.519
Patrimônio líquido	373.528
Resultado de participação em coligada	**22.126**
Saldo das participações	**124.271**

(*) Atual denominação da HSBC Empresa de Capitalização (Brasil) S.A. e da HSBC Vida e Previdência (Brasil) S.A.

9 Imobilizado

2016	1º de janeiro	Adições	Alienações/ Reduções	Depreciação	31 de dezembro
Bens móveis	9	493	(153)	(39)	310
Outras imobilizações	205	-	(205)	-	-
Total	**214**	**493**	**(358)**	**(39)**	**310**

2015	1º de janeiro	Adições	Alienações/ Reduções	Depreciação	31 de dezembro
Bens móveis	25	-	2	(18)	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	-	2	(12)	-
Outras imobilizações	-	205	-	-	205
Total	**35**	**205**	**4**	**(30)**	**214**

10 Intangível

2016	1º de janeiro	Adições	Alienações/ Reduções	Amortização(*)	31 de dezembro
Softwares	7.989	205	(5.241)	(2.164)	789
Direito de uso	2.239	-	-	(2.239)	-
Total	**10.228**	**205**	**(5.241)**	**(4.403)**	**789**

2015	1º de janeiro	Adições	Alienações/ Reduções	Amortização	31 de dezembro
Marcas e Patentes	43	-	(43)	-	-
Softwares	9.195	1.761	(1.724)	(1.243)	7.989
Direito de uso	2.920	-	-	(681)	2.239
Total	**12.158**	**1.761**	**(1.767)**	**(1.924)**	**10.228**

(*) Em 2016 foi realizada a análise qualitativa sobre a continuidade do uso dos aplicativos e *softwares* em função da venda da Companhia para a Organização Bradesco resultando no reconhecimento da baixa de alguns ativos.

11 Obrigações a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos administrativos	812	6.990
Programas de remuneração variável	4.274	4.165
Dividendos a pagar (Nota Explicativa 18a)	64.893	1.899
PPR/PLR	651	777
Outros	2.583	2.095
Total	**73.213**	**15.926**
Curto Prazo	**73.090**	**6.825**
Longo Prazo	**123**	**9.101**

12 Impostos e contribuições

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda	12.629	2.979
Contribuição social	14.096	8.682
COFINS	2.325	1.973
PIS/PASEP	378	340
ITBI	-	288
Total	**29.428**	**14.262**

13 Outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores diversos	4.554	3.568
Honorários advocaticios	1.238	1.371
Despesas com viagens	155	292
Acionistas a localizar	-	2.883
Prestação de serviços intercompanhias	1.970	6.228
Outras	1.563	2.498
Total	**9.480**	**16.840**
Curto Prazo	**7.612**	**14.189**
Longo Prazo	**1.868**	**2.651**

14 Depósitos de terceiros

a. Composição

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios e emolumentos recebidos	9.369	2.442
Cobrança antecipada de prêmios	-	1
Total	**9.369**	**2.443**

b. Tempo de permanência

	31/12/2016	31/12/2015
de 1 a 30 dias	9.139	2.336
de 31 a 60 dias	94	22
de 61 a 120 dias	136	26
de 121 a 180 dias	-	41
de 181 a 365 dias	-	15
superior a 365 dias	-	3
Total	**9.369**	**2.443**

15 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas e despesas dos períodos, estão apresentados a seguir:

	31/12/2016		31/12/2016
Ativo	**45.597**	**Receitas**	**6.185**
Disponível	**95**	**Receitas com aluguéis**	**6.185**
Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	95	Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	6.185
Aplicações - Operações compromissadas	**16.916**	**Despesas**	**(51.987)**
Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	16.916		
		Despesas administrativas	**(2.750)**
Dividendos a receber	**28.586**	Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	(2.750)
Kirton Vida e Previdência S.A. (empresa coligada)	4.318		
Kirton Capitalização S.A. (empresa controlada)	24.268	**Custo de aquisição/comissão**	**(49.064)**
		Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada)	(49.064)
Passivo	**63.582**		
		Despesas com alugueis	**(173)**
Dividendos a pagar	**63.582**	Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	(173)
Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	63.582		
Total (Ativo - Passivo)	**(17.985)**	**Total (Receita - Despesa)**	**(45.802)**

Tal como indicado na Nota Explicativa 1, em 1º de julho de 2016, a Seguradora passou a fazer parte da Organização Bradesco, razão pela qual os saldos comparativos de 2015 não foram considerados como transações com partes relacionadas uma vez que foram realizadas no contexto do Grupo HSBC antes da aquisição pelo Banco Bradesco. Também no que se refere aos montantes de receitas e despesas relativos a 2016, foi considerado transações com partes relacionadas aquelas ocorridas a partir de 1º de julho de 2016.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Apresentamos a seguir a remuneração do pessoal-chave da Administração, composta pelos diretores da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo	2.106	2.719
Benefícios pós-emprego	76	104
Outros benefícios de longo prazo	32	177
Total	**2.214**	**3.000**

16 Provisões técnicas e despesas de custo de aquisição diferidos - seguros e resseguros

a. Composição

Ramos de atuação	Provisões técnicas 31/12/2016	Provisões técnicas 31/12/2015	Custos de aquisição diferidos 31/12/2016	Custos de aquisição diferidos 31/12/2015
Automóvel (*)	99	38	-	-
R.C.F. veículos (*)	9.073	5.257	-	-
Vida em grupo	189.913	226.003	4.407	12.647
Vida Individual	138.186	174.274	17.989	29.054
Acidentes pessoais	140.755	139.733	16.573	21.762
Prestamista	87.430	112.743	2.907	16.410
Desemprego/perda de renda	15.940	22.301	3.109	9.057
Eventos aleatórios	22.621	30.661	151	3.368
Outros	3.799	6.152	-	10
Total	**607.816**	**717.162**	**45.136**	**92.308**
Curto prazo	**574.459**	**675.327**	**37.028**	**69.432**
Longo prazo	**33.357**	**41.835**	**8.108**	**22.876**

(*) Referem-se a sinistros em discussão judicial, atualmente não há comercialização de produtos destes ramos pela Companhia.

b. Movimentação

b.1 Provisão de prêmios não ganhos

2016	1° Janeiro	Constituição	Apropriação	31 de dezembro
Vida individual	149.941	199.408	(258.488)	90.861
Vida em grupo	19.817	160.330	(168.890)	11.257
Acidentes pessoais	51.225	167.926	(189.019)	30.132
Prestamista	77.092	86.391	(107.222)	56.261
Desemprego/perda de renda	19.828	14.121	(20.763)	13.186
Eventos aleatórios	29.024	16.784	(24.858)	20.950
Outros	1.921	6.056	(6.185)	1.792
Total	**348.848**	**651.016**	**(775.425)**	**224.439**

2015	1° Janeiro	Constituição	Apropriação	31 de dezembro
Vida individual	111.423	257.369	(218.851)	149.941
Vida em grupo	29.453	148.929	(158.565)	19.817
Acidentes pessoais	67.751	201.327	(217.853)	51.225
Prestamista	68.964	134.081	(125.953)	77.092
Desemprego/perda de renda	22.104	24.381	(26.657)	19.828
Eventos aleatórios	19.760	34.148	(24.885)	29.024
Outros	7	3.714	(1.800)	1.921
Total	**319.462**	**803.949**	**(774.564)**	**348.848**

b.2 Provisão de sinistros a liquidar administrativos e judiciais

2016	1° Janeiro	Constituição	Pagamento	Reversão	31 de dezembro
Automóvel	26	319	(170)	(77)	98
R.C.F. veículos	4.497	4.012	(643)	(513)	7.353
Vida Individual	19.261	145.473	(85.761)	(44.451)	34.522
Vida em grupo	63.454	209.289	(106.307)	(114.984)	51.452
Acidentes pessoais	34.058	85.191	(31.524)	(31.864)	55.861
Prestamista	10.060	32.210	(15.047)	(18.499)	8.724
Desemprego/Perda de renda	1.313	27.284	(17.712)	(8.977)	1.908
Outros	4.507	5.440	(2.116)	(5.493)	2.338
Total	**137.176**	**509.218**	**(259.280)**	**(224.858)**	**162.256**

2015	1° Janeiro	Constituição	Pagamento	Reversão	31 de dezembro
Incêndio	4	-	-	(4)	-
Automóvel	953	-	(812)	(115)	26
R.C.F. veículos	4.889	1.047	(618)	(821)	4.497
Vida Individual	13.828	135.611	(78.720)	(51.458)	19.261
Vida em grupo	67.911	170.049	(93.522)	(80.984)	63.454
Acidentes pessoais	33.431	148.178	(37.252)	(110.299)	34.058
Prestamista	9.106	53.551	(25.367)	(27.230)	10.060
Desemprego/Perda de renda	681	24.677	(16.868)	(7.177)	1.313
Outros	3.258	6.248	(2.765)	(2.234)	4.507
Total	**134.061**	**539.361**	**(255.924)**	**(280.322)**	**137.176**

b.2.1 Provisão de sinistros judiciais - Aging

Prazo pendente a partir da data de inclusão da ação	31/12/2016	31/12/2015
de 1 a 30 dias	7.591	302
de 31 a 60 dias	2.847	448
de 61 a 120 dias	978	959
de 121 a 180 dias	653	1.063
de 181 a 365 dias	3.968	3.258
a mais 365 dias	111.701	85.033
Total	**127.738**	**91.063**

b.3 Provisão de sinistros/eventos ocorridos e não avisados

2016	1° Janeiro	Constituição	Reversão	31 de dezembro
Vida Individual	2.456	3.016	(728)	4.744
Vida em grupo	72.387	3.791	(5.120)	71.058
Acidentes pessoais	26.746	5.064	(3.706)	28.104
Prestamista	13.643	3.450	(1.731)	15.363
Desemprego/Perda de renda	628	270	(233)	665
Outros	635	599	(441)	793
Total	**116.495**	**16.190**	**(11.959)**	**120.727**

2015	1° Janeiro	Constituição	Reversão	31 de dezembro
Vida em grupo	68.091	4.667	(371)	72.387
Vida Individual	-	2.456	-	2.456
Acidentes pessoais	26.366	4.011	(3.631)	26.746
Prestamista	14.642	1.104	(2.103)	13.643
Desemprego/Perda de renda	136	492	-	628
Outros	194	468	(27)	635
Total	**109.429**	**13.198**	**(6.132)**	**116.495**

b.4 Provisão de despesas relacionadas

2016	1° Janeiro	Constituição	Reversão	31 de dezembro
Automóvel	11	-	(11)	-
R.C.F. veículos	760	1.570	(610)	1.720
Vida Individual	2.617	6.835	(1.393)	8.059
Vida em grupo	34.118	7.622	(14.046)	27.694
Acidentes pessoais	13.231	6.927	(4.090)	16.068
Prestamista	2.743	992	(1.698)	2.037
Desemprego/Perda de renda	109	169	(124)	154
Outros	431	160	(213)	378
Total	**54.020**	**24.275**	**(22.185)**	**56.110**

2015	1° Janeiro	Constituição	Reversão	31 de dezembro
Automóvel	243	129	(361)	11
R.C.F. veículos	748	147	(135)	760
Vida Individual	1.373	2.659	(1.415)	2.617
Vida em grupo	43.613	9.489	(18.984)	34.118
Acidentes pessoais	13.815	5.689	(6.273)	13.231
Prestamista	3.437	1.654	(2.348)	2.743
Desemprego/Perda de renda	63	96	(50)	109
Outros	276	348	(193)	431
Total	**63.568**	**20.211**	**(29.759)**	**54.020**

b.5 Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados

2016	1º de Janeiro	Constituição	Reversão	31 de dezembro
Vida em grupo	36.229	3.278	(11.053)	28.454
Acidentes pessoais	14.472	3.857	(7.740)	10.589
Prestamista	9.204	315	(4.475)	5.044
Desemprego/Perda de renda	423	58	(455)	26
Outros	295	65	(189)	171
Total	**60.623**	**7.573**	**(23.912)**	**44.284**

2015	1º de Janeiro	Constituição	Reversão	31 de dezembro
Vida em grupo	19.522	16.712	(5)	36.229
Acidentes pessoais	8.312	5.137	1.023	14.472
Prestamista	4.967	4.452	(215)	9.204
Desemprego/Perda de renda	57	366	-	423
Outros	50	245	-	295
Total	**32.908**	**26.912**	**803**	**60.623**

c. Movimentação de custos de aquisição diferidos

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	**92.308**	**46.896**
Constituição de custo de aquisição	164.779	229.472
Apropriação de despesas incorridas no exercício	(211.951)	(184.060)
Saldo em 31 de dezembro	**45.136**	**92.308**
Curto prazo	**37.028**	**69.432**
Longo prazo	**8.108**	**22.876**

continua

d. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra o saldo da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro	Ano do aviso do sinistro											
Ano de ocorrência	**Até 2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Montante de sinistros avisados												
No ano do aviso	941.343	133.980	136.594	165.275	178.972	214.068	219.405	209.689	219.083	247.597	262.919	
Um ano após o aviso	971.304	137.651	140.401	160.212	169.299	200.862	212.705	202.569	210.633	234.521	-	
Dois anos após o aviso	994.968	141.870	143.830	165.553	175.308	207.749	219.232	210.352	216.783	-	-	
Três anos após o aviso	1.017.362	144.376	145.401	167.431	175.762	211.359	222.371	216.004	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	1.046.929	145.025	146.640	169.034	177.839	214.001	228.323	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	1.046.474	147.065	147.104	169.306	180.078	217.534	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	1.052.986	147.639	148.221	170.312	180.861	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	1.053.914	149.287	151.569	172.126	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	1.058.448	149.890	150.732	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	1.060.585	150.807	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso	1.070.377	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros em 31 de dezembro de 2016	**1.070.377**	**150.807**	**150.732**	**172.126**	**180.861**	**217.534**	**228.323**	**216.004**	**216.783**	**234.521**	**262.919**	**3.100.987**
Montante pago	**(1.046.664)**	**(147.135)**	**(146.293)**	**(166.969)**	**(173.472)**	**(205.500)**	**(210.773)**	**(200.783)**	**(204.950)**	**(223.219)**	**(213.231)**	**(2.938.989)**
Posição de sinistros em 31 de dezembro de 2016	**23.713**	**3.672**	**4.439**	**5.157**	**7.389**	**12.034**	**17.550**	**15.221**	**11.833**	**11.302**	**49.688**	**161.998**

Não foi considerado no desenvolvimento de sinistros, o ramo "DPVAT" no montante de R$ 259.
O valor do resseguro da PSL monta R$ 7.459.

e. Desenvolvimento da provisão de sinistros judiciais

	PSL	Resseguro
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**91.063**	**4.466**
(-)Total Pago no Período	(18.522)	(269)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	371	(269)
Quantidade de ações pagas	414	2
(+)Novas constituições referentes a citações do exercício	16.264	1.868
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	681	24
(+)Constituições referentes citações de períodos anteriores	10.866	714
(-)Baixa da provisão por êxito	(17.650)	(107)
(+/-)Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	9.120	(2.174)
(+/-)Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros	36.597	652
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**127.738**	**5.150**

17 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os descritos abaixo, os quais estão provisionados.

A principal ação em andamento é relacionada à contribuição social, na qual se discute a constitucionalidade da majoração da alíquota de 8% para 18%, cujo período de discussão compreende maio de 1996 a janeiro de 1999, no montante de R$ 20.775 (R$ 19.193 em 31 de dezembro de 2015).

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento. Em 2015, a estimativa contábil era realizada com base na avaliação jurídica de cada processo e contabilizada com base na probabilidade de perda avaliada.

iii. Processos cíveis

As ações propostas referem-se a assuntos pertinentes à atividade comercial normal desenvolvida pela Companhia, sendo assuntos referentes à devolução de contribuições de planos previdenciários, à cobrança de benefícios e indenizações por danos morais.

a. Composição das provisões e depósitos judiciais e fiscais

	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Fiscais	21.986	61.055	20.196	73.328
Trabalhistas (*)	17.068	3.876	5.580	4.885
Cíveis	4.180	2.530	3.435	2.896
Total	**43.234**	**67.461**	**29.211**	**81.109**

(*) Com o processo de venda das empresas do Conglomerado HSBC no Brasil, em julho de 2016, para a Organização Bradesco houve alinhamento e adequação dos critérios utilizados na estimativa para os processos judiciais trabalhistas. Em depósitos judiciais de ações cíveis não incluem o montante de R$ 30.626 (R$ 32.311 em 31 de dezembro de 2015), referentes a depósitos judiciais de sinistros, cuja provisão está no grupo de Provisões técnicas - Provisão de sinistros a liquidar. Os valores depositados judicialmente, quando não relacionados a uma obrigação legal, podem ser superiores aos valores provisionados, já que as provisões para contingências são constituídas com base na expectativa do risco de insucesso e desembolso, quando avaliada como "provável" conforme mencionado na nota explicativa 2.2.q. Os valores demonstrados acima incluem depósitos para os quais não foram constituídas provisões, assim como inclui provisões constituídas para ações em relação às quais não foram realizados depósitos.

b. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º janeiro de 2016	**20.196**	**5.580**	**3.435**	**29.211**
Constituições	102	31.488	2.036	33.626
Reversões	-	(20.000)	(1.291)	(21.291)
Atualização monetária	1.688	-	-	1.688
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**21.986**	**17.068**	**4.180**	**43.234**
Saldo em 1º janeiro de 2015	**27.672**	**6.129**	**3.370**	**37.171**
Constituições	50	4.934	3.058	8.042
Reversões (*)	(9.269)	(5.483)	(2.993)	(17.745)
Atualização monetária	1.743	-	-	1.743
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**20.196**	**5.580**	**3.435**	**29.211**

(*) Em 2015 foi encerrada a ação judicial para suspensão da exigibilidade da CPMF sobre a transferência de recursos e carteira de previdência entre empresas do Grupo, a qual resultou em conversão em renda para a União Federal do depósito judicial e baixa do valor provisionado, ambos no montante de R$ 8.876 em 31 de dezembro de 2014.

c. Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas

A Companhia possui contingências passivas fiscais classificadas como risco possível totalizando R$ 749.139 (R$ 686.435 em 31 de dezembro de 2015), para as quais não há provisão constituída. A maior parte deste montante se refere à discussão de PIS e COFINS descrita a seguir.

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com prêmios de seguros deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.

As ações cíveis classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, cujo montante total estimado em 31 de dezembro de 2016 era R$ 44 (R$ 103.425 em 31 de dezembro de 2015).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social, dividendos e juros sobre o capital próprio

O capital social , subscrito e integralizado, é representado por 17.191.971 ações ordinárias e 10.082.026 ações preferenciais, ambas escriturais, sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos que são, no mínimo, dez por cento superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação societária brasileira. O excedente ao mínimo obrigatório será pago à título de dividendos adicionais, sendo o mesmo aprovado em assembleia.

Em 2015 foram pagos a título de juros sobre capital próprio o montante de R$ 23.000, sendo creditado aos acionistas o montante de R$ 19.550 (liquido de imposto de renda retido na fonte de 15% R$ 3.450), calculados de acordo com a legislação vigente, aplicando-se a taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre o patrimônio liquido e limitados a 50% do resultado antes da provisão para imposto de renda. Os juros sobre o capital próprio reduziram a despesa de imposto de renda e contribuição social em aproximadamente R$ 9.200.

Os demonstrativos dos cálculos dos dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	**259.572**	**271.722**
(-) Juros sobre o capital próprio	-	23.000
Base para cálculo (*)	**259.572**	**248.722**
Dividendos propostos sobre lucro líquido do exercício	**64.893**	**63.640**
Majoritários	63.582	62.348
Minoritários	1.311	1.292
Dividendos pagos no exercício (**)	**81.000**	**411.999**

(*) A base de cálculo não contempla destinação de reserva legal em 2016 e 2015 por atingir os limites de constituição dessa reserva previstos na legislação vigente.(Vide Nota Explicativa 18c).

(**) No exercício de 2016 foram pagos dividendos no total de R$ 81.000 (R$ 411.999 em 2015), originados das reservas de lucros R$ 81.000 (R$ 269.264 originados da reserva de lucros, R$ 63.640 do lucro líquido do exercício de 2015 e R$ 79.095 propostos para pagamento em 2014 originados do lucro líquido do referido exercício).

b. Reserva de reavaliação

O saldo de reavaliação de imóveis, incluindo a reavaliação reflexa, em 31 de dezembro de 2016, era de R$ 6.155 (R$ 5.592 em 31 de dezembro de 2015) que, deduzido de R$ 1.065 (R$ 1.021 em 31 de dezembro de 2015) de imposto de renda e contribuição social apresentava um saldo líquido de R$ 5.090 (R$ 4.571 em 31 de dezembro de 2015). O efeito no resultado devido à depreciação da parcela reavaliada e baixas foi de R$ 514 (R$ 412 em 31 de dezembro de 2015).

De acordo com a Lei nº 11.638/07 a Companhia optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

c. Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A reserva estatutária é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral.

d. Ajustes com títulos e valores mobiliários

Refere-se aos efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda.

e. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	31/12/2016
Patrimônio líquido contábil	**1.002.071**
Ajustes contábeis:	**(332.191)**
(-) Despesas antecipadas	(251)
(-) Participações societárias	(331.147)
(-) Intangível	(789)
(-) Obras de arte	(4)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**1.826**
Superávit de fluxos prêmios não registrados apurado no TAP (+)	376
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados (+)	1.450
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**671.707**
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior valor entre I e II)	**185.759**
Capital base (I)	**15.000**
Capital de risco (II)*	**185.759**
Capital adicional de risco de subscrição	167.609
Capital adicional de risco de crédito	26.208
Capital adicional de risco de mercado	6.466
Capital adicional de risco operacional	1.800
Efeito da correlação entre os riscos	**(16.324)**
Suficiência de capital mínimo (PLA – CMR)	**485.947**
Suficiência dos ativos garantidores	**260.268**
Ativos líquidos	**260.268**
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez	**185.383**
Índice de liquidez em relação ao CR % (**)	**140%**

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterado pela Resolução CNSP n° 343/2016).

(**) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016 é de no mínimo 20%. Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP 321/15 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 50% em 31 de dezembro de 2016. O capital remanescente é exigido em até 31 de dezembro de 2017.

19 Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

a. Ramos de atuação

	Prêmios ganhos líquido de resseguro		Comercialização %		Sinistralidade %	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Acidentes pessoais	187.812	217.750	20,01	10,48	25,00	19,91
Vida	423.393	378.541	27,30	16,02	41,89	47,80
Prestamista	107.268	127.834	33,07	24,75	11,43	20,80
Outros	51.838	51.579	44,92	32,02	43,64	45,22
Total	**770.311**	**775.704**	**27,52**	**16,96**	**33,65**	**35,35**

b. Sinistros ocorridos

	31/12/2016	31/12/2015
Indenizações avisadas	(154.790)	(192.653)
Despesas com benefícios	(87.745)	(75.407)
Serviços de assistência	(10.507)	(13.493)
Despesas com sinistros	(5.404)	(13.029)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(2.418)	4.819
Recuperação de sinistros	1.138	(17)
Ressarcimentos	532	(51)
Total	**(259.194)**	**(289.831)**

c. Custo de aquisição diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Comissões	(134.451)	(177.005)
Outros custos de aquisição diferidos	(30.504)	(52.466)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(46.948)	52.225
Recuperações de comissões	(48)	(6.815)
Total	**(211.951)**	**(184.061)**

d. Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com administração de apólices	(13.186)	(14.218)
Despesas com serviços prestados	(9.879)	(9.007)
Títulos de capitalização adquiridos para incentivar novos negócios	(6.432)	(8.052)
Receita com reversão/despesas com lucros atribuídos	1.689	(4.395)
Variação de perdas com créditos de riscos decorridos	(1.129)	543
Despesas com promoções de vendas	103	(2.070)
Despesas com cobranças	(117)	(170)
Outras	4.512	(1.711)
Total	**(24.439)**	**(39.080)**

e. Resultado com operações de resseguro

	31/12/2016	31/12/2015
Indenização de sinistros	12.050	14.415
Prêmios de resseguros	(7.167)	(15.948)
Variação da despesa de resseguro	(5.169)	1.141
Despesas com sinistro	658	248
Variação da provisão de sinistros ocorridos	525	(504)
Total	**897**	**(648)**

f. Despesas administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal próprio	(67.987)	(35.341)
Ordenados	(20.142)	(13.270)
Gratificações	(4.633)	(2.009)
13º Salário e férias	(8.492)	(3.926)
Indenizações trabalhistas	(14.190)	(389)
INSS/FGTS	(12.046)	(8.801)
Assistência médica	(1.477)	(228)
Seguros	(1.009)	(1.281)
Planos de previdência privada (Nota Explicativa 20a)	(620)	(468)
Programa de alimentação ao trabalhador	(3.053)	(2.462)
Despesas com vale transporte	(52)	(19)
Outros	(2.273)	(2.488)
Serviços de terceiros	(6.166)	(6.993)
Localização e funcionamento	(7.853)	(6.407)
Donativos e contribuições	(1.985)	(2.826)
Publicações	(124)	(127)
Publicidade e propaganda	(45)	(252)
Reembolso de despesas intercompanhias(*)	(9.631)	(23.342)
Outras	(796)	(1.016)
Total	**(94.587)**	**(76.304)**

(*) Até 30 de junho de 2016 a Companhia possuía contrato de ressarcimento de despesas intercompanhias firmado entre todas as empresas do antigo Conglomerado HSBC, a partir de julho de 2016 com a assunção dos novos acionistas, o contrato deixou de existir e as despesas passaram a ser reconhecidas individualmente nas Companhias devidas.

g. Despesas com tributos

	31/12/2016	31/12/2015
COFINS	(26.598)	(21.345)
PIS	(4.322)	(3.469)
Taxa de fiscalização	(3.720)	(2.204)
Contribuição Sindical	(115)	(115)
ISS	(148)	(199)
IPTU	(63)	(40)
Outras	(1.367)	(333)
Total	**(36.333)**	**(27.705)**

h. Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de renda fixa	3.504	2.518
Fundos de investimentos	107.687	105.260
Depósitos judiciais e fiscais	5.614	6.586
Recuperação INSS (Nota Explicativa 6)	-	14.506
Atualização monetária INSS (Nota Explicativa 6)	1.996	30.052
Créditos tributários - ILL	-	136
Operações de seguros	138	181
Variação cambial	369	-
Outras	4.163	6.244
Subtotal	**123.471**	**165.483**

Despesas Financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Atualização monetária das provisões técnicas de seguros	(25.557)	(15.109)
Atualização monetária de outros passivos	(516)	(2.511)
Taxa de administração de fundos	(383)	(834)
Variação cambial	-	(668)
Outras	(302)	(207)
Subtotal	**(26.758)**	**(19.329)**
Total	**96.713**	**146.154**

i. Resultado patrimonial

	31/12/2016	31/12/2015
Equivalência patrimonial - controladas(*)	97.919	37.444
Equivalência patrimonial - coligadas(*)	18.183	22.126
Resultado com imóveis destinados à renda	11.702	10.814
Outras	-	26
Total	**127.804**	**70.410**

(*) Referente a investimentos na Kirton Capitalização S.A. e na Kirton Vida e Previdência S.A..

continua

j. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	31/12/2016	31/12/2015
Renda na alienação de bens	-	8.218
Baixa de ativo intangível	(5.241)	-
Outros	(8)	(178)
Total	**(5.249)**	**8.040**

k. Imposto de renda e contribuição social

(i) Encargos devidos sobre as operações do exercício

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	**375.835**	**400.276**
Imposto de renda e contribuição social	**(169.126)**	**(164.624)**
Exclusões/(adições) permanentes	**51.329**	**31.687**
Juros sobre capital próprio	-	9.200
Participações em controladas e coligadas	52.246	23.828
Contribuições e doações	(65)	(1.204)
Dividendos	-	11
Outras	(852)	(148)
Outros ajustes	**1.534**	**4.383**
Incentivos fiscais e adicional de imposto de renda	2.329	2.857
Efeito tributário - aumento da alíquota da CSLL - diferido	(1.041)	459
Outros	246	1.067
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício – corrente	**(116.263)**	**(128.554)**
Alíquota efetiva	**30,9%**	**32,1%**

Composição da conta de despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(124.626)	(126.698)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	8.363	(1.856)
Total	**(116.263)**	**(128.554)**

(ii) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2015	Constituição/ (realização)	Saldos em 31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	6.826	5.838	12.664
Gratificações e participações no resultado	2.311	2.182	4.493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	840	1.125	1.965
Provisão para honorários advocatícios	683	95	778
Outros	1.180	(877)	303
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**11.840**	**8.363**	**20.203**
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	4.884	(1.880)	3.004
Total dos créditos tributários ativos	**16.724**	**6.483**	**23.207**
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Reavaliação	(1.265)	(37)	(1.302)
Total dos créditos tributários passivos	**(1.265)**	**(37)**	**(1.302)**
Créditos tributários líquidos	**15.459**	**6.446**	**21.905**

	Saldos em 1º/01/2015	Constituição/ (realização)	Saldos em 31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	7.748	(922)	6.826
Gratificações e participações no resultado	3.615	(1.304)	2.311
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	720	120	840
Provisão para honorário advocatícios	618	65	683
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	3.451	1.433	4.884
Outros	856	324	1.180
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**17.008**	**(284)**	**16.724**
Total dos créditos tributários ativos	**17.008**	**(284)**	**16.724**
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Reavaliação	(1.094)	(171)	(1.265)
Total dos créditos tributários passivos	**(1.094)**	**(171)**	**(1.265)**
Créditos tributários líquidos	**15.914**	**(455)**	**15.459**

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

	Diferenças temporárias		
Ano	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Total**
2017	5.325	3.588	8.913
2018	1.653	1.061	2.714
2019	1.051	674	1.725
2020	828	530	1.358
2021	3.397	2.096	5.493
Total	**12.254**	**7.949**	**20.203**

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada é de R$ 19.008 (R$ 10.729 em 2015).

20 Outras informações

a. Planos de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização. As contribuições totalizaram R$ 620 (R$ 468 em 31 de dezembro de 2015).

b. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis individuais do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 8 de fevereiro de 2017, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado.

Diretoria[1]

Randal Luiz Zanetti	Diretor-Presidente
Marco Antonio Gonçalves	Diretor Geral
José Sérgio Bordin	Diretor Geral
Jorge Pohlmann Nasser	Diretor Geral
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor Gerente
Eugênio Liberatori Velasques	Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário – MIBA N°809

Eduardo Duarte da Silva
Contador CRC 1PR 057518/O-8 (S)SP

(1) *Ressalta-se que, até 30 de junho de 2016, o HSBC Latin America Holdings (UK) limited era acionista controlador do HSBC Bank e de suas controladas, sendo responsável por todos os atos e informações, antes do fechamento da venda das ações de emissão do HSBC Brasil para seus atuais controladores, em 1º de julho de 2016. Os atuais controladores e novos administradores da Companhia, foram nomeados em 1º de julho de 2016, após renúncia dos antigos diretores.*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Kirton Seguros S.A.
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Kirton Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kirton Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação descritos na nota 2.1b, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 26 de fevereiro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota 2.1b nos valores correspondentes do balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em nossa opinião tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Kirton Seguros S.A.
Curitiba – PR

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Kirton Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Kirton Seguros S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Kirton Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I
Kirton Seguros S.A. *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	**31/12/2016**
Total de provisões técnicas	**607.816**
Total de provisões técnicas auditadas	**607.816**
Total de ativos de resseguro	**14.871**

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas	**31/12/2016**
Provisões Técnicas (a)	**607.816**
Valores redutores (b)	14.871
Total a ser coberto (a-b)	**592.945**

3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2016**
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	185.759
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**185.759**

4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2016**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	671.707
Exigência de Capital (CMR) (b)	185.759
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**485.948**
Ativos Garantidores (d)	853.213
Total a ser Coberto (e)	592.945
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	260.268
Ativos Líquidos (g)	260.268
Capital de Risco (CR) (h)	185.383
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	**140%**

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2016**
1101, 1601	1.000
0111, 0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0173, 0196, 0234, 0272, 0274, 0310, 0313, 0351, 0378, 0433, 0435, 0437, 0457, 0520, 0523, 0524, 0525, 0526, 0531, 0542, 0544, 0553, 0621, 0622, 0623, 0627, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658, 0739, 0740, 0743, 0745, 0746, 0747, 0748, 0749, 0750, 0775, 0776, 0819, 0859, 0860, 0870, 0929, 0936, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0991, 0993, 1061, 1065, 1066, 1068, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1130, 1162, 1163, 1164, 1198, 1279, 1285, 1299, 1329, 1336, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1417, 1428, 1433, 1457, 1528, 1535, 1537, 1597	10.000